

19-04-2021

## PROSEGUE A DÚVIDA SOBRE A PROFESSORA, APÓS DOIS MESES...

### Rosangela Gaze

[Médica sanitarista. Professora do Instituto de Estudos de Saúde Coletiva/UFRJ]

No artigo [anterior](#), compartilhei minha indignação acerca da notícia "PROFESSORA DA UFRJ ESCRAVIZA IDOSA" veiculada em diversos veículos de imprensa em meados de fevereiro. Além da [nota oficial](#) da Assessoria de Imprensa da UFRJ em 14/02/2021, repudiando o trabalho escravo e informando estarem aguardando notificação da Justiça do Trabalho para providências, não soube de apurações sobre o fato. Apesar dos 23 clippings de notícias sobre o assunto na [sala da imprensa/UFRJ](#), incluindo reportagem indignada pela omissão dos nomes da professora e de sua vítima ([veja](#)), que corrobora o meu posicionamento. De concreto, a imagem abalada de cerca de 2000 professoras da UFRJ.

De questionável, a ética que protege pessoas suspeitas de crime tipificado no Código Penal Brasileiro (Dec-Lei 2848/1940, art. 149, "condição análoga à de escravo") e lança suspeita sobre um coletivo de docentes. De abjeto, o corporativismo que acoberta informações sobre descumprimento de leis por servidores públicos expondo o coletivo da categoria à depreciação pública. De desrespeito, a omissão da UFRJ para com as docentes da universidade involuntariamente expostas à suspeita. Por que a ocultação da identidade dessas pessoas? Pelo racismo estrutural e relações de poder que protegem opressores? Aparentemente, a imagem institucional da UFRJ não seria abalada pela revelação. Ao contrário, a omissão implica na suspeição sobre o coletivo pois, teoricamente, qualquer das docentes pode estar formando profissionais induzidos a perpetuar o racismo ou a hipocrisia, ambos lesivos à formação de pessoas aptas à prática democrática e ao respeito aos Direitos Humanos. De hábito, a imprensa não se comporta com tamanha cautela na preservação de suspeitos de crimes. Basta acompanhar o noticiário para se conhecer a identidade de diversos réus presumíveis praticamente em tempo real diante do fato, predominando, claro e infelizmente, os pretos e pobres. Tal desvelo das mídias estaria atrelado à posição hierárquica elevada da professora na UFRJ?

Ao fato de estar vinculada aos quadros da imprensa?

Ou seria pessoa reconhecida por sua atuação pública em defesa dos direitos humanos que não pratica sua teoria no ambiente privado? Hipótese esta que oferece mais uma razão ao reconhecimento público, devido e merecido, à vítima.

A problematização necessária dessa notícia ilustra assim os benefícios do "fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública", conforme está estabelecido na popularmente conhecida "Lei da Transparência" (Lei nº 12.527/2011, cap. I, art. 3º, inciso IV).

Pessoas que formam pessoas e opinião, e/ou estão à frente da gestão pública, não podem desfrutar do direito à privacidade por ser inaceitável o comportamento incoerente entre a 'pessoa física' e a 'pessoa jurídica'. Em março, problematizei também o anonimato como ponto crítico na submissão de projetos aos comitês de ética em pesquisa com seres humanos (CEP).

Nesse processo, outro aspecto espinhoso é a aplicação de entrevistas aos sujeitos da pesquisa, identificados ou não.

Os percalços e o domínio bioético sobre as pesquisas com seres humanos têm sido debatidos por diversos autores, como [Duarte \(2015\)](#). Retomando a notícia da professora da UFRJ que escravizava idosa, compartilho outra inquietação sobre o 'primado' da área da Saúde na ética em pesquisa.

As pessoas - não os seres humanos objetificados pela biomedicina - inserem-se em contextos psicossociais e político-econômicos que influenciam as relações humanas.

Preservar o anonimato da professora suspeita e da senhora escravizada por 41 anos é contribuir para perpetuar as relações perversas típicas de uma sociedade capitalista e escravista. A precarização do trabalho e a vulnerabilidade social, como se sabe, propiciam a escravidão contemporânea. A reverência do oprimido ao opressor não estaria sendo aproveitada pela patroa-professora, que também explorava a ingenuidade da empregada? Não se trata aqui de um ensaio clínico com 'n' sujeitos da pesquisa. O que está em pauta é uma pessoa, na dimensão complexa de sua humanidade, expropriada de sua liberdade e explorada por anos.

Não existe anonimato plausível nesta situação. Assim como em pesquisas, cujo objetivo se concentre em tornar visíveis pessoas ocultadas por desigualdades sociais históricas.

É plausível submetê-las ao escrutínio e à lentidão de comitês de ética? É justo para com os sujeitos da pesquisa, invisibilizados por injustiças sociais, condicioná-los ao anonimato? "Quem tem fome tem pressa" (Herbert de Souza - [Betinho](#)), Quem está em cárcere privado, sob violência doméstica, em trabalho análogo à escravidão, negros com doenças negligenciadas, idosos e crianças abandonadas, entre outras pessoas em vulnerabilidade social, têm pressa.

Esses 'sujeitos da pesquisa' têm fome! Fome de liberdade, de afeto, de respeito, de paz, lazer, saúde, e até de comida... Dificultar procedimentos para a obtenção de parecer em pesquisas com entrevistas dessa natureza não me parece ético.

Pessoas - muito além de 'seres humanos' - entrevistadas, de todas as classes sociais, podem desejar ter seus nomes revelados. Às vezes, pelo simples fato de verem seus nomes em pesquisas acadêmicas, em se sentirem contribuindo para a ciência, ou tão somente, terem sua identidade revelada.

Terem uma identidade! Um registro nas páginas da história... Transformarem-se em protagonistas da própria história... Só não desejam ver seus nomes divulgados os que praticam atos ilícitos como escravidão contemporânea, desvio de recursos, bens e insumos públicos, assédio, circulação de *fake-news*, injúria e atentam contra os direitos humanos... ■ ■ ■

*OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.*